



REQUERIMENTO Número /XII (.ª)

PERGUNTA Número /XII (.ª)

Assunto: Separação de alunos em escola pública

Destinatário: Ministério da Educação e Ciência

Exma. Senhora Presidente da Assembleia da República

A EB 2, 3 de Arrifana informou os pais e encarregados de educação da decisão de, neste novo ano escolar, constituir grupos com aulas de apoio específicas com vista aos exames finais do 9º ano. Nesse momento informativo foram dadas ainda explicações adicionais: essas aulas de apoio teriam a duração de 90 minutos cada e que cada turma do 9º ano seria dividida em dois grupos.

Contudo, o que seria uma boa medida de apoio aos alunos redundaria na aplicação de critérios altamente questionáveis na divisão dos alunos nos dois grupos: a Direção pretende dividir as turmas entre os alunos que tiveram melhor aproveitamento e os que tiveram pior aproveitamento no ano letivo passado. Desta forma, é aplicado um critério que coloca em causa as boas práticas pedagógicas, assim como o conceito de escola inclusiva e democrática.

É sabido que os grupos e as turmas heterogéneas são essenciais para o desenvolvimento pessoal e enquanto cidadãos e valorizam a aprendizagem teórica e programática que assim podem realizar uns com os outros.

É também sabido que o clima económico social que os alunos trazem de casa é o que mais influencia o seu desempenho escolar. Ao dividir os grupos e as turmas tendo como critério as notas escolares, o que se está a fazer é tornar a escola um mecanismo de reprodução social, quando ela deveria servir para ser um mecanismo de igualdade de oportunidades.

Este critério coloca em causa os princípios de uma escola pública, democrática, equitativa e inclusiva.

O critério estabelecido pela direção desta escola está a fomentar de forma inaceitável a divisão social numa escola que é pública e, por isso, deveria reger-se pelos princípios do bem público.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Educação e Ciência as seguintes perguntas:

1. Tem o Sr. Ministro conhecimento deste grave atropelo à escola Pública?
2. Concorda o Sr. Ministro com esta prática?



Bloco de Esquerda



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

3. Pretende o Ministério adotar medidas urgentes para impedir este tipo de práticas atentatórias da democraticidade da escola pública?

Palácio de São Bento, 18 de setembro de 2014.

O deputado